

CUE19 - CARACTERÍSTICAS INSTITUCIONAIS DOS PAÍSES E PRÁTICAS DE EVIDENCIAÇÃO DAS PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES AMBIENTAIS: UM ESTUDO INTERNACIONAL

Autoria

Thiago Alberto dos Reis Prado
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Maisa de Souza Ribeiro
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (RIBEIRÃO PRETO)

Resumo

Esta pesquisa objetiva investigar a relação entre as características institucionais dos países de origem das empresas, que adotam IFRS, e a evidenciação das provisões e passivos contingentes ambientais. Com base na Teoria Institucional, espera-se que as características institucionais dos países exerçam pressões sobre as práticas de evidenciação, indo de encontro aos objetivos do IASB de comparabilidade em nível global. A pesquisa tem como amostra 614 observações de 123 companhias do Brasil, Canadá, Reino Unido, França, Alemanha, Austrália e China, de setores que exploram o meio ambiente com mais intensidade. O período de análise compreende os anos de 2011 a 2015. Como metodologia, empregou-se regressões com modelos de dados em painel. Os resultados obtidos mostraram que o disclosure de provisões ambientais está relacionado com as variáveis de interesse dos sistemas político, financeiro e cultural do país de origem das empresas. No entanto, em relação a passivos contingentes ambientais, apenas a variável de interesse do sistema financeiro apresentou relação estatisticamente significativa com a variável dependente. As evidências de isomorfismo coercitivo e mimético encontradas permitem inferir que a evidenciação de passivos ambientais está relacionada com fatores múltiplos e conflitantes com o escopo de comparabilidade do IASB, o que prejudica este objetivo e sinaliza a não comparabilidade. A principal conclusão deste trabalho é a de que, apesar de existirem pressões normativas para a existência da comparabilidade, há pressões institucionais conflitantes de outros atores sociais, de caráter coercitivo e mimético, fazendo com que as empresas, em busca de legitimidade, conduzam suas práticas de reporte estrategicamente, indo de encontro aos objetivos do IASB.

CARACTERÍSTICAS INSTITUCIONAIS DOS PAÍSES E PRÁTICAS DE EVIDENCIAÇÃO DAS PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES AMBIENTAIS: UM ESTUDO INTERNACIONAL

RESUMO

Esta pesquisa objetiva investigar a relação entre as características institucionais dos países de origem das empresas, que adotam IFRS, e a evidenciação das provisões e passivos contingentes ambientais. Com base na Teoria Institucional, espera-se que as características institucionais dos países exerçam pressões sobre as práticas de evidenciação, indo de encontro aos objetivos do IASB de comparabilidade em nível global. A pesquisa tem como amostra 614 observações de 123 companhias do Brasil, Canadá, Reino Unido, França, Alemanha, Austrália e China, de setores que exploram o meio ambiente com mais intensidade. O período de análise compreende os anos de 2011 a 2015. Como metodologia, empregou-se regressões com modelos de dados em painel. Os resultados obtidos mostraram que o *disclosure* de provisões ambientais está relacionado com as variáveis de interesse dos sistemas político, financeiro e cultural do país de origem das empresas. No entanto, em relação a passivos contingentes ambientais, apenas a variável de interesse do sistema financeiro apresentou relação estatisticamente significativa com a variável dependente. As evidências de isomorfismo coercitivo e mimético encontradas permitem inferir que a evidenciação de passivos ambientais está relacionada com fatores múltiplos e conflitantes com o escopo de comparabilidade do IASB, o que prejudica este objetivo e sinaliza a não comparabilidade. A principal conclusão deste trabalho é a de que, apesar de existirem pressões normativas para a existência da comparabilidade, há pressões institucionais conflitantes de outros atores sociais, de caráter coercitivo e mimético, fazendo com que as empresas, em busca de legitimidade, conduzam suas práticas de reporte estrategicamente, indo de encontro aos objetivos do IASB.

Palavras-chave: Passivos Ambientais; Provisões Ambientais; Passivos Contingentes Ambientais.

1 INTRODUÇÃO

Obrigações de recuperação aos locais degradados durante o ciclo de exploração econômica, bem como penalidades no caso de condutas não ambientalmente responsáveis constituem os passivos ambientais das empresas, e devido às características de incertezas relacionadas à sua existência, ao montante e à data de sua liquidação podem ser consideradas passivos contingentes ou provisões (Chen; Cho & Patten, 2014).

Passivos ambientais, principalmente em companhias com alto potencial poluidor, podem alcançar quantias relevantes, com impactos expressivos no patrimônio e no resultado das empresas (Baldoíno & Borba, 2015).

Assim sendo, para Holthausen (1994), indivíduos interessados em avaliar organizações potencialmente sujeitas a custos ambientais devem estimar, com base em informações evidenciadas sobre provisões e passivos contingentes, as implicações destas obrigações no valor das empresas, pois seu reconhecimento afetará o resultado da empresa e sua liquidação impactará as estimativas de fluxos de caixa futuros. A divulgação destas informações também é importante; pois, mesmo que não ocorra o reconhecimento, usuários podem incorporá-las em seus modelos de avaliação e previsão (Blacconiere & Patten, 1994).

O entendimento das consequências da divulgação de informações sobre os passivos ambientais, em conformidade com as normas de reporte, motivou a realização de pesquisas empíricas, as quais sugerem que a divulgação destas informações tem relação positiva com os preços das ações (Barth & McNichols, 1994; Blacconiere & Northcut, 1997; Campbell, Sefcik

& Soderstrom, 1998), relação negativa com o custo do capital próprio (Garber & Hammith, 1998) e relação positiva com *earnings response coeficientes* (Bae & Sami, 2005).

Os resultados dos estudos indicam também que apesar da relevância das informações relativas aos passivos ambientais e da emissão de normas que exigem sua evidenciação, esta é feita de maneira heterogênea entre as empresas, com poucas informações reportadas em relação ao exigido pelas normas do país (Barth & McNichols, 1994; Cox & Douthett Junior, 2009).

Evidenciar informações sobre passivos ambientais, principalmente em empresas que causam maiores impactos ambientais, é de suma importância, pois trata-se de gastos que podem ser materiais e que dependem de estimativas para sua mensuração e reconhecimento.

A evidenciação heterogênea entre empresas similares, em desconformidade com as normas de reporte, prejudica a comparabilidade das demonstrações financeiras, que é alcançada quando empresas sujeitas ao mesmo evento econômico reconhecem, mensuram e evidenciam tal evento do mesmo modo (Zeff, 2007).

Na revisão da literatura, encontraram-se poucos estudos que analisaram os fatores que influenciam a evidenciação das provisões e dos passivos contingentes ambientais em conformidade com normas de reporte aplicáveis nos países. Um desses estudos foi o de Barth, McNichols & Wilson (1997), que analisaram companhias estadunidenses, com o intuito de examinar os fatores relacionados às decisões de evidenciação dos passivos ambientais. Os resultados sugerem que, *enforcement* da norma SAB 92, materialidade das obrigações ambientais, informações disponibilizadas pela *Environmental Protection Agency* (EPA), incertezas sobre os valores das obrigações, e o número de locais contaminados que a empresa é responsável estão relacionados com a divulgação.

Leal, Costa, Oliveira & Rebouças (2015), em busca de fatores explicativos para as práticas de divulgação, analisaram companhias abertas brasileiras. Os resultados sugerem que a divulgação de informações sobre provisões e passivos contingentes ambientais pelas empresas da amostra é influenciada pelas variáveis: tamanho da empresa, nível de governança, setor de atuação e participação no Índice de Sustentabilidade Empresarial. Adicionalmente, asseveram que motivações externas parecem ser mais significativas para explicar a divulgação e sugerem que estudos futuros poderiam comparar empresas de diferentes países, com o objetivo de encontrar outros fatores explicativos.

Em países que adotam IFRS, o IASB trabalha na convergência das normas contábeis locais a um padrão de âmbito mundial. Neste contexto, características institucionais não deveriam influenciar nas práticas de reporte relativas a provisões e passivos contingentes ambientais, regulamentadas pela norma *International Accounting Standard* (IAS) nº 37, para os países que adotam IFRS. No entanto, segundo Kvaal & Nobes (2010), mesmo com IFRS, podem haver diferenças em práticas contábeis, pela influência das características dos países na aplicação de normas.

Contudo, não se encontraram, até a realização desta pesquisa, estudos *cross-country*, que investigassem a conformidade das empresas de diferentes países às práticas de evidenciação aplicáveis para provisões e passivos contingentes ambientais, o que possibilitaria analisar a influência das características dos países nas práticas de reporte.

Assim sendo, o objetivo geral deste estudo é investigar a relação entre características institucionais dos países de origem das empresas, que adotam IFRS, e a evidenciação das provisões e passivos contingentes ambientais.

A pesquisa contribui com estudos sobre adoção de IFRS nos países, por meio da comparação entre práticas e por testar a eficácia da norma em harmonizar o reporte.

Este artigo estrutura-se em cinco seções. Encontra-se, na primeira, a introdução. Na segunda, apresentam-se a revisão da literatura e as hipóteses de pesquisa. Descrevem-se, na terceira seção, os procedimentos metodológicos da pesquisa. Na quarta, há a exposição dos

resultados encontrados e sua análise e; na quinta apresentam-se as considerações finais do trabalho, bem como suas limitações e sugestões para estudos futuros.

2 PLATAFORMA TEÓRICA E HIPÓTESES

2.1 A Teoria Institucional

De acordo com Moll, Burns & Major (2006), a contabilidade é formatada de acordo com o contexto institucional. Assim, sua forma e papel são determinados pelo ambiente organizacional. Neste contexto, segundo os autores, a teoria institucional ganhou relevância nos últimos anos para explicar os fenômenos contábeis.

A nova sociologia institucional é o enfoque que teve mais influência nas pesquisas recentes de contabilidade (Silva, Martins & Lemes, 2016). Por este motivo ele é tratado com mais detalhes e é o que embasa este estudo. De acordo com ele, as estruturas organizacionais e os procedimentos, incluindo a contabilidade sofrem a influência de fatores externos que, muitas vezes, se sobrepõem à eficiência econômica (Moll et al., 2006). Assim, organizações em ambientes similares são pressionadas a assumirem comportamentos apropriados a estes ambientes, para terem legitimidade.

De acordo com DiMaggio & Powell (1983), a congruência entre os procedimentos organizacionais e as pressões institucionais é explicada por um processo denominado isomorfismo, em que as organizações se estruturam a partir das exigências de seu ambiente, por meio de práticas isomórficas. O isomorfismo institucional pode ser subdividido em três subcategorias, que são: isomorfismo coercitivo; isomorfismo normativo e isomorfismo mimético.

O isomorfismo coercitivo é baseado em influências políticas e legitimidade. Fundamenta que uma organização é influenciada por outra organização, da qual ela é dependente ou ainda de expectativas culturais da sociedade em geral. O isomorfismo normativo existe quando as organizações adotam as estruturas e os procedimentos recomendados por associações de profissionais ou consultores, não havendo exigências (Dias Filho & Machado, 2012).

O isomorfismo mimético existe quando organizações imitam as estruturas internas e os procedimentos adotados por outras organizações, que elas consideram como bem-sucedidas (DiMaggio & Powell, 1983). Quando um claro curso de ação não está disponível, as organizações tendem a mimetizar os pares do mesmo setor ou região, ou de setor e região diferentes (Silva et al., 2016). Essas três formas de isomorfismo representam fontes complementares de pressões acerca das organizações para aderirem aos padrões institucionais (DiMaggio & Powell, 1983).

Scott (1995) define que as instituições consistem de elementos regulativos, normativos e culturais e atividades e recursos associados, que fornecem estabilidade e sentido para o comportamento social. Elas são disseminadas por meio de vários mecanismos, tais como culturas, estruturas e rotinas, e operam em múltiplos níveis de jurisdição.

Nesse âmbito, Scott (2005) considera que tais elementos constituem os “Três Pilares das Organizações”, e assevera que elas são compostas por várias combinações desses elementos com variações próprias para cada uma, haja vista que eles sustentam as organizações.

Segundo Scott (2005), os isomorfismos do estudo de DiMaggio & Powell (1983) são responsáveis pela disseminação de cada elemento. Considerando tais colocações, a disseminação de elementos regulativos ocorre por meio de isomorfismo coercitivo; enquanto elementos normativos são disseminados mediante isomorfismo normativo e elementos cultural-cognitivos são disseminados por intermédio de isomorfismo mimético.

No contexto específico da Contabilidade, a homogeneidade das práticas contábeis, almejada pelo IASB em nível global, depende da magnitude das pressões de mecanismos motivadores, em detrimento aos desmotivadores, sendo estes mecanismos caracterizados como isomorfismos coercitivos, normativos e miméticos, por meio da influência do próprio órgão, de outros órgãos de classe, reguladores, legislações contábeis dos países e opinião pública.

Há múltiplas e contraditórias demandas institucionais que as organizações estão sujeitas e elas tenderão a agir de maneira estratégica para responderem às diferentes pressões institucionais, na busca por legitimidade (Scott, 2005).

Algumas destas demandas, são elementos normativos, como pressões do IASB e outros órgãos de classe. Logo, há pressões de caráter normativo para a comparabilidade. Por outro lado, há pressões de caráter regulativo e cultural-cognitivo que não contribuem com o objetivo de comparabilidade. Essas pressões, de modo geral, são derivadas das características institucionais dos países, as quais influenciam a opinião pública e o comportamento dos preparadores. Nesse sentido, características heterogêneas conduzem a práticas contábeis heterogêneas (Cieslewicz, 2014).

Neste contexto, a comparabilidade das demonstrações financeiras pode ser um fator secundário, pois o que as empresas almejam, de fato, é a busca por legitimidade e por perspectiva de sobrevivência na sociedade (Souza & Lemes, 2016).

2.2 A relação entre as características institucionais dos países e as práticas de disclosure

Os resultados de estudos anteriores sugerem que práticas de reporte podem estar relacionadas a características institucionais dos países, de caráter político, financeiro e cultural (Jorgensen & Soderstrom, 2007; Cieslewicz, 2014; Marino *et al.*, 2016; Alrazi, De Villers & Van Staden, 2016).

Cieslewicz (2014) assevera que as concepções culturais dos profissionais contábeis e dos usuários, bem como as características das instituições não mudam simplesmente em função da adoção de novas normas contábeis. Dessa forma, leis e guias de aplicações de normas podem ser entendidas de maneira mais flexível por determinada nação, enquanto outras as interpretam de maneira mais rígida e literal, por exemplo. Assim, transações similares podem receber tratamentos contábeis distintos.

Marino *et al.* (2016) denominam as características institucionais dos países (sistemas político, financeiro, cultural e etc.) de sistemas nacionais de negócios, com base em Whitley (1999). Este assevera que as diferenças de práticas empresariais existentes entre os países podem ser explicadas a partir dos sistemas nacionais de negócios.

O objetivo do estudo de Marino *et al.* (2016) foi mostrar como as forças que operam no campo institucional afetam o *disclosure* de Responsabilidade Social Corporativa de companhias do Brasil e Canadá. Os resultados sugerem que há relação entre o *disclosure* de Responsabilidade Social Corporativa e as *proxys* para sistema político, financeiro, educacional, trabalho e cultural.

Com base no que foi exposto nesta plataforma teórica, foram elaboradas algumas hipóteses, apresentadas na subseção seguinte.

2.3 Hipóteses de pesquisa

Com base em estudos recentes que analisaram a relação entre práticas empresariais e características institucionais dos países, optou-se por classificar as referidas características em sistemas, de forma semelhante à estrutura de Whitley (1999), que foi utilizada em algumas pesquisas (Ioannou & Serafeim, 2012; Marino *et al.*, 2016; dentre outras). As *proxies* utilizadas para cada uma das características, bem como as respectivas fontes de coletas, são

expostas na seção de procedimentos metodológicos. Com a divisão em sistemas, elaboraram-se as hipóteses de pesquisa.

2.3.1 Sistema político

Segundo Whitley (1999), o sistema político representa a eficácia dos países em regular direta ou indiretamente os mercados, bem como estabelecer restrições aos comportamentos dos agentes econômicos, por meio de leis e regulamentos.

Leis e regulamentos desempenham um papel importante na facilitação do envolvimento das organizações com o Estado e com seus *stakeholders*. Conseqüentemente, em países caracterizados por terem sistemas políticos mais rígidos, há maior conformidade das empresas com os dispositivos legais, para evitar problemas com o Estado e com a opinião pública (Ioannou & Serafeim, 2012). Com base nas características do sistema político dos países (Whitley, 1999), formularam-se as seguintes hipóteses:

Quadro 1 — Hipóteses do sistema político

Hipóteses		
	a	b
H1	Há relação positiva entre o nível de proteção a investidores dos países de origem das empresas e a evidenciação das provisões ambientais.	Há relação positiva entre o nível de proteção a investidores dos países de origem das empresas e a evidenciação dos passivos contingentes ambientais.
H2	Há relação positiva entre o enforcement da regulação contábil dos países de origem das empresas e a evidenciação das provisões ambientais.	Há relação positiva entre o enforcement da regulação contábil dos países de origem das empresas e a evidenciação dos passivos contingentes ambientais.
H3	Há relação positiva entre o enforcement da regulação ambiental dos países de origem das empresas e a evidenciação das provisões ambientais.	Há relação positiva entre o enforcement da regulação ambiental dos países de origem das empresas e a evidenciação dos passivos contingentes ambientais.
H4	Há relação positiva entre o controle da corrupção dos países de origem das empresas e a evidenciação das provisões ambientais.	Há relação positiva entre o controle da corrupção dos países de origem das empresas e a evidenciação dos passivos contingentes ambientais.

Neste sentido, acredita-se que essas pressões do sistema político dos países de origem das empresas caracterizam-se como elementos regulativos (Scott, 2005), que utilizam mecanismos de isomorfismo coercitivo (Dimaggio & Powell, 1983), pelo fato de estarem relacionados à aplicação de leis e regulamentos e as expectativas da sociedade em relação a estas leis e regulamentos.

2.3.2 Sistema financeiro

De acordo com Whitley (1999), os sistemas financeiros dos países são simplesmente divididos em *market-based*, em que há mercados de capitais grandes e líquidos, e *bank-based*, em que os mercados de capitais são fracos e ilíquidos. Países de sistema legal de origem *common law* possuem sistemas financeiros *market-based* e países de sistema legal de origem *code law* possuem sistemas financeiros *bank-based*.

Segundo Ball, Kothari & Robin (2000), em países *common law*, a contabilidade sofre mais influência de seus acionistas, que elegem membros para os conselhos de administração, e demandam maiores níveis de *disclosure* da informação contábil das firmas para a redução da assimetria informacional. Com base nestes pressupostos, elaboraram-se as seguintes hipóteses de pesquisa:

H5a. Há relação positiva entre empresas de países de sistema financeiro *market-based* e a evidenciação das provisões ambientais.

H5b. Há relação positiva entre empresas de países de sistema financeiro *market-based* e a evidenciação dos passivos contingentes ambientais.

Desse modo, acredita-se que os sistemas financeiros dos países de origem das empresas caracterizam-se como elementos regulativos (Scott, 2005), que utilizam mecanismos de isomorfismo coercitivo (Dimaggio & Powell, 1983), pelo fato das práticas de *disclosure* serem influenciadas pelas regras e exigências do mercado de capitais e seus *shareholders*, aos quais as empresas são dependentes.

2.3.3 Sistema cultural

De acordo com Hofstede, “cultura é a programação coletiva da mente que distingue os membros de um grupo humano de outro” (Hofstede, 2011, p.3). Dessa maneira, cada “grupo humano” possui “programações coletivas” distintas, ou seja, existem características culturais diferentes entre os países, no tocante a individualismo, distância do poder e aversão à incerteza, isso forma o sistema cultural (Whitley, 1999). Estas características são enraizadas na mente dos diferentes atores sociais, tais como gestores e contadores e influenciam em suas práticas empresariais (Cieslewicz, 2014). Isto embasa as seguintes hipóteses de pesquisa:

Quadro 2 — Hipóteses do sistema cultural

Hipóteses		
	A	b
H6	Há relação positiva entre a aversão à incerteza dos países de origem das empresas e a evidenciação das provisões ambientais.	Há relação positiva entre a aversão à incerteza dos países de origem das empresas e a evidenciação dos passivos contingentes ambientais.
H7	Há relação positiva entre o individualismo dos países de origem das empresas e a evidenciação das provisões ambientais.	Há relação positiva entre o individualismo dos países de origem das empresas e a evidenciação dos passivos contingentes ambientais.
H8	Há relação negativa entre a distância do poder dos países de origem das empresas e a evidenciação das provisões ambientais.	Há relação negativa entre a distância do poder dos países de origem das empresas e a evidenciação dos passivos contingentes ambientais.

Assim, acredita-se que os sistemas culturais dos países de origem das empresas caracterizam-se como elementos cultural-cognitivos (Scott, 2005), pois se baseiam em valores internacionalizados nos indivíduos, que influenciam nas interpretações subjetivas necessárias à aplicação de normas contábeis pelos preparadores e nas expectativas informacionais dos usuários.

Estes elementos não constituem pressões objetivas por meio de regras, regulamentos e recomendações de grupos de profissionais e sim pressões em relação ao que é culturalmente apoiado em determinado ambiente. Dessa forma, em busca de legitimidade, as empresas imitam as práticas de seus pares, que consideram bem-sucedidos no ambiente, à procura de legitimidade, o que constitui mecanismo de isomorfismo mimético (Dimaggio & Powell, 1983).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 Seleção da amostra e período de estudo

Os países, companhias, setores econômicos e períodos analisados neste trabalho foram escolhidos de forma não probabilística intencional. Em relação a países, a escolha dos que fariam parte da amostra, obedeceu a quatro critérios: (i) países que adotam normas IFRS;

(ii) países com maiores mercados de capitais; (iii) países mais poluidores; e (iv) países com características institucionais heterogêneas. Dessa maneira, optou-se por Brasil, Canadá, Reino Unido, França, Alemanha, Austrália e China.

Na escolha das empresas, também se procurou analisar aquelas que tivessem maior pressão dos *stakeholders* pela divulgação. Consequentemente, escolheram-se as empresas componentes do The Dow Jones STOXX Global Total Market Index (DJ STOXX TOTAL) que engloba as companhias responsáveis por 95% do volume de ações negociadas no mundo.

Em relação aos setores econômicos, optou-se pela escolha de setores que exploram o meio ambiente de maneira mais intensa, os quais consequentemente causam mais degradação (Cormier & Magnan, 1997). Tais setores são, de acordo com a classificação da DJ STOXX TOTAL, Recursos Básicos, Químico, Construção e Materiais, Óleo e Gás e Utilidades.

O período de análise teve início em 2011, pelo fato de neste ano todas as empresas dos países analisados já reportarem em IFRS. Canadá e China foram os últimos analisados a aderirem às normas IFRS. A adoção obrigatória iniciou-se no ano de 2011. Este período encerrou-se em 2015 para ambos, totalizando 614 observações, de 123 companhias.

3.2 Procedimentos de Coleta de Dados

Para a coleta das informações relativas às variáveis dependentes (evidenciação de provisões e passivos contingentes ambientais), empregou-se a técnica análise de conteúdo. Objetiva-se, com a utilização da análise de conteúdo nas notas explicativas das Demonstrações Financeiras anuais publicadas pelas companhias, gerar índices de *disclosure* para avaliar a conformidade do reporte das companhias em relação à norma IAS 37.

Nessas notas, coletaram-se, para a composição dos índices, as informações que fossem de maneira explícita e exclusiva de provisões e passivos contingentes de natureza ambiental. Estas informações foram coletadas principalmente das notas explicativas relacionadas a provisões e passivos contingentes.

Para cada Demonstração Financeira dos 5 anos do período de análise, atribuíram-se um índice de *disclosure* de provisões ambientais (DISCPA) e um índice de *disclosure* de passivos contingentes ambientais (DISCPCA). Tais índices foram obtidos calculando-se a razão entre o número de itens divulgados nas Demonstrações Financeiras de cada empresa e o correspondente número de itens exigidos.

A relação dos itens que cada companhia deve divulgar, para cada classe de provisão e passivo contingente, tais como ambiental, trabalhista e tributária, de acordo com a norma IAS 37, segue no Quadro 3.

Quadro 3 — Divulgação requerida pela norma IAS 37

Provisões	
1	O valor contábil no início e no fim do período
2	Provisões adicionais feitas no exercício, incluindo aumento nas provisões existentes
3	Valores utilizados (ou seja, incorridos e baixados contra a provisão) durante o exercício
4	Valores não utilizados e revertidos durante o período
5	O aumento durante o período no valor, descontado a valor presente proveniente da passagem do tempo.
6	Breve descrição da natureza da obrigação
7	Indicação das incertezas sobre o valor ou o cronograma das saídas de benefícios econômicos
Passivos contingentes	
1	Uma breve descrição da natureza do passivo contingente
2	A estimativa de seu efeito financeiro de acordo com os requisitos de mensuração (melhor estimativa/valor esperado)
3	Indicação das incertezas relacionadas ao valor ou momento de ocorrência de qualquer saída

Obs: A norma também exige a divulgação para provisões do efeito de qualquer mudança na taxa de desconto e do valor de qualquer reembolso esperado, declarando o valor de qualquer ativo que tenha sido reconhecido por conta desse reembolso esperado e, para passivos contingentes, a possibilidade de qualquer reembolso. Contudo, esses itens se enquadram em ambientes e situações bastante específicas, não sendo aplicáveis à maioria das empresas. Por isso não fazem parte dos índices de *disclosure*.

Fonte: Elaborado pelo autor, de acordo com a IAS 37

Neste sentido, para cada divulgação nas Demonstrações Financeiras em conformidade com o que orienta a norma foi atribuído o score 1. Quando a divulgação requerida não existe, atribuiu-se o score 0. Posteriormente, calculou-se a razão do total de itens divulgados que receberam score 1 e o total de itens requeridos pela IAS 37. Tal metodologia fora adaptada de estudos anteriores (Barth, McNichols & Wilson, 1997; Cox & Douthett Junior, 2009; Leal et al., 2015).

Para variáveis independentes de controle, empregaram-se características individuais das firmas, com base em estudos anteriores (Barth et al., 1997; Cox & Douthett Junior, 2009; Leal et al., 2015) e setores econômicos. A relação das variáveis independentes de interesse, características institucionais dos países de origem das empresas, seguem no Quadro 4, com as *proxys* utilizadas e os sinais esperados.

Quadro 4 — Relação de variáveis de interesse

Características institucionais dos países (Interesse)	Proxy	Sinal esperado	Fonte de coleta
Proteção a investidores (PROT)	Score do World Bank.	(+)	World Bank
Enforcement da regulação contábil (ENRC)	Score baseado em questionários aplicados a executivos de vários países.	(+)	<i>The Global Competitiveness Report</i>
Enforcement da regulação ambiental (ENRA)	Score baseado em questionários aplicados a executivos de vários países.	(+)	<i>The Global Competitiveness Report</i>
Controle de corrupção (CONT)	Score do World Bank.	(+)	World Bank
Sistema Financeiro (FIN)	Variável dicotômica. 1 para <i>market-based</i> e 0 para <i>bank-based</i> .	(+)	La Porta et al., (1997)
Aversão à incerteza (AVER)	Score de Hofstede.	(+)	Hofstede, Hofstede & Minkov (2010)
Distância do poder (DIST)	Score de Hofstede.	(-)	Hofstede et al. (2010)
Individualismo (IND)	Score de Hofstede.	(+)	Hofstede et al. (2010)

Obs: Utilizou-se a variável MAT apenas nos modelos com DISCPA como variável dependente.

Fonte: Elaborado pelo autor

3.3 Técnicas de análise de dados

Considerando que, neste estudo, foram analisadas 123 companhias abertas em um período de tempo de cinco anos, o modelo de regressão com dados em painel é adequado, pois este consiste em uma combinação de modelo de corte transversal e modelo de séries temporais (Wooldridge, 2010). Destaca-se que estudos anteriores em que se analisou mais de um período também utilizaram essa modelagem (Barth et al., 1997; Cox & Douthett Junior, 2009; Leal et al., 2015).

Uma crítica a pesquisas que envolvem características institucionais é o número reduzido de variáveis *country-level* incluídas nos modelos de pesquisa. Uma possível razão é a alta correlação entre as variáveis do país, o que pode causar problemas de colinearidade (Alrazi et al., 2016). Diante disso, para não haver problemas dessa natureza, estes autores

utilizaram vários modelos. No presente estudo, cada modelo inclui a variável dependente, todas as variáveis de controle e uma das variáveis *country-level* de cada vez.

A Equação 1 é a base para os modelos 1 a 9, que utilizam DISCPA como variável dependente.

$$DISCPA_{i,t} = \alpha + \beta_1 RENT_{i,t} + \beta_2 MAT_{i,t} + \beta_3 TAM_{i,t} + \beta_4 END_{i,t} + \beta_5 RBAS_i + \beta_6 QUIM_i + \beta_7 CMAT_i + \beta_8 OLEO_i + \beta_9 UTIL_i + \beta_{10} VARCOUNTRY_{i,t} + \varepsilon_{i,t} \quad (1)$$

A Equação 2 é a base para os modelos 10 a 18, que utilizam DISCPA como variável dependente.

$$DISCPA_{i,t} = \alpha + \beta_1 RENT_{i,t} + \beta_2 MAT_{i,t} + \beta_3 TAM_{i,t} + \beta_4 END_{i,t} + \beta_5 RBAS_i + \beta_6 QUIM_i + \beta_7 CMAT_i + \beta_8 OLEO_i + \beta_9 UTIL_i + \beta_{10} VARCOUNTRY_{i,t} + \varepsilon_{i,t} \quad (2)$$

Em que,

$DISCPA_{i,t}$ = Índice de *Disclosure* das provisões ambientais da empresa i no período t ; $DISCPA_{i,t}$ = Índice de *Disclosure* dos passivos contingentes da empresa i no período t ; $RENT_{i,t}$ = ROA da empresa i no período t ; $MAT_{i,t}$ = materialidade das provisões ambientais da empresa i no período t ; $TAM_{i,t}$ = logaritmo natural dos ativos totais da empresa i no período t ; $END_{i,t}$ = endividamento (*debt to assets*) da empresa i no período t ; $RBAS_i$ = variável binária que representa que a empresa i pertence ao setor de Recursos Básicos; $QUIM_i$ = variável binária que representa que a empresa i pertence ao setor Químico; $CMAT_i$ = variável binária que representa que a empresa i pertence ao setor de Construção e Materiais; $OLEO_i$ = variável binária que representa que a empresa i pertence ao setor de Óleo e Gás; $UTIL_i$ = variável binária que representa que a empresa i pertence ao setor de Utilidades; $VARCOUNTRY_{i,t}$ = Variável *country-level* (de interesse) do país de origem da empresa i no período t ; e $\varepsilon_{i,t}$ = termo de erro da regressão.

Wooldridge (2010) assevera que existem três tipos de modelos de dados em painel: *pooled*, efeitos fixos e efeitos aleatórios. A escolha está sujeita a variações dos dados, o objetivo da pesquisa e a três testes de verificação da consistência dos modelos para os dados analisados, sendo eles Chow, Breush-Pagan e Hausman.

Considerando o nível de significância de 5%, os resultados dos testes de Chow e Breush-Pagan mostraram que, para todos os modelos, a estimação *pooled* não é adequada, existindo efeitos fixos ou efeitos aleatórios. Entre efeitos fixos ou aleatórios, os resultados dos testes de Hausman revelam que, para a maioria dos modelos, a estimação de efeitos aleatórios é consistente.

O modelo de efeitos aleatórios mostrou-se adequado também na avaliação da variação dos dados e do objetivo da pesquisa e assim foi o utilizado para as análises. Para a verificação da heterocedasticidade, utilizou-se o Teste de White (Wooldridge, 2010). Em todos os modelos encontrou-se a presença de heterocedasticidade, por isso se empregaram erros padrão robustos nos modelos, conforme recomendado por Wooldridge (2010).

Para a verificação de problemas de colinearidade entre as variáveis independentes, utilizou-se o teste de *Variance Inflation Factors* (VIF). Em nenhuma das variáveis independentes dos modelos do estudo constataram-se problemas de colinearidade. Contudo, o *output* do software GRETL 2016c omitiu automaticamente a variável setorial CMAT, devido a colinearidade exata com as outras variáveis setoriais.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 Modelos para provisões ambientais

Na Tabela 1, apresentam-se os *outputs* dos modelos 1, 2, 3 e 4. Como pode ser observado, todas as variáveis de interesse do sistema político possuem relação estatisticamente significativa com a variável DISCPA, com os sinais de acordo com o

esperado. O poder explicativo dos modelos varia bastante, de acordo com a característica institucional incluída.

O modelo que apresentou menor poder explicativo (0,1810) foi o Modelo 1, o qual utilizou como variável de interesse PROT. Este número é superior ao encontrado no estudo de Leal et al. (2015), que encontraram 0,1771. Barth et al. (1997) encontraram 0,2320, número inferior aos dos modelos 2, 3 e 4 dessa pesquisa. Esses estudos não utilizaram características institucionais dos países em seus modelos. Destaca-se o Modelo 4, o qual empregou como variável de interesse CONT e teve um poder explicativo de 0,3244.

Tabela 1 — Modelos para provisões ambientais e sistema político

Variáveis	Modelo 1		Modelo 2		Modelo 3		Modelo 4	
	Coef.	p-valor	Coef.	p-valor	Coef.	p-valor	Coef.	p-valor
RENT	-0,0783	0,4373	-0,0965	0,3456	-0,0860	0,3870	-0,0696	0,4935
MAT	0,6160***	0,0001	0,6775***	0,0001	0,6251***	0,0001	0,5724***	0,0001
TAM	0,0229**	0,0374	0,0185*	0,0982	0,0296***	0,0036	0,0368***	0,0006
END	0,1278**	0,0351	0,1381**	0,0257	0,1239**	0,0322	0,1308**	0,0232
RBAS	0,0112	0,9060	0,0369	0,6761	0,0562	0,4895	0,0553	0,4770
QUIM	0,1044	0,3137	0,1133	0,2287	0,0674	0,4387	0,0954	0,2693
OLEO	0,0805	0,4144	0,1029	0,2615	0,1266	0,1443	0,1020	0,2239
UTIL	-0,0311	0,7590	-0,0090	0,9231	0,0190	0,8257	0,0301	0,7183
PROT	0,0641***	0,0043	-	-	-	-	-	-
ENRC	-	-	0,0654**	0,0177	-	-	-	-
ENRA	-	-	-	-	0,1406***	0,0001	-	-
CONT	-	-	-	-	-	-	0,1232***	0,0001
Observações	614		614		614		614	
R ²	0,1810		0,2321		0,2707		0,3244	
Qui-quadrado	42,3135		44,1900		50,5715		59,8493	
P-valor (qui-quadrado)	0,0001		0,0001		0,0001		0,0001	

Obs: */**/** denotam significância bicaudal nos níveis 10%, 5% e 1%, respectivamente. A variável dependente é DISCPA.
Fonte: Dados da pesquisa

Percebe-se, com base nos *outputs* apresentados na Tabela 1 e com os sinais esperados do Quadro 4, que os coeficientes das variáveis de controle que apresentaram significância estatística tiveram sinais conforme o esperado.

Considerando que os coeficientes das variáveis PROT, ENRC, ENRA e CONT foram estatisticamente significativos ao nível de pelo menos 5% e apresentaram sinais positivos, conforme o esperado, pode-se inferir que o *disclosure* de provisões ambientais está positivamente relacionado com o nível de proteção a investidores, *enforcement* da regulação contábil, *enforcement* da regulação ambiental e com o nível de controle de corrupção dos países de origem das empresas. Assim, a este nível de significância não se rejeitam as hipóteses de pesquisa H1a, H2a, H3a e H4a. Isso é um indicativo de que as variáveis relativas ao sistema político dos países atuam como elementos regulativos, representando pressões institucionais que influenciam nas práticas de reporte, para o alcance de legitimidade. Estes resultados mostram que a homogeneidade das práticas contábeis, que leva à comparabilidade, é prejudicada pelos diferentes níveis de pressões do ambiente em que as companhias operam.

Na Tabela 2, apresentam-se os *outputs* do Modelo 5, que mostra a relação entre a variável dependente DISCPA, as variáveis controle e a variável de interesse relativa ao sistema financeiro (FIN). Nela pode ser observado que o modelo apresentou um poder

explicativo de 0,2095, sendo superior ao encontrado por Leal et al. (2015). No entanto, nesta pesquisa, ele é inferior ao da maioria dos modelos que utilizaram variáveis representativas do sistema político.

A variável de interesse FIN possui relação estatisticamente significativa a um nível de 1% com a variável DISCPA, com o sinal positivo, de acordo com o esperado. Desse modo, pode-se inferir que o *disclosure* de provisões ambientais está associado positivamente a empresas de países de sistema financeiro *market-based*. Assim, nesse nível de significância não se rejeita a hipótese de pesquisa H5a.

Tabela 2 — Modelo para provisões ambientais e sistema financeiro

Variáveis	Modelo 5	
	Coef.	p-valor
RENT	-0,0836	0,4076
MAT	0,6062***	0,0001
TAM	0,0304**	0,0150
END	0,1357**	0,0216
RBAS	-0,0156	0,8484
QUIM	0,1164	0,2169
OLEO	0,0419	0,6294
UTIL	-0,0253	0,7751
FIN	0,1795***	0,0003
Observações	614	
R ²	0,2095	
Qui-quadrado	42,8997	
P-valor	0,0001	

Obs: */**/** denotam significância bicaudal nos níveis 10%, 5% e 1%, respectivamente. A variável dependente é DISCPA.
Fonte: Dados da pesquisa

Este resultado indica que os sistemas financeiros dos países atuam como elementos regulativos. Em países de sistema *market-based*, a maximização do bem-estar do acionista é o propósito primário da organização e este pressiona por mais evidenciação para a redução da assimetria informacional. Os mercados de capitais desses países também agem para a maximização deste bem-estar do *shareholder*, também pressionando por mais evidenciação.

As empresas, em busca de legitimidade, atendem a estas pressões e evidenciam mais em relação a suas provisões ambientais. Desse modo, a comparabilidade também é prejudicada, pelos diferentes níveis de pressões por evidenciação em países de sistema financeiro *market-based* e *bank-based*.

Na Tabela 3, apresentam-se os *outputs* dos modelos 6, 7 e 8 que mostram as relações entre a variável dependente DISCPA, as variáveis controle e a variável de interesse relativas ao sistema cultural. Na referida tabela, é possível notar que todas as variáveis de interesse possuem relação estatisticamente significativa com a variável DISCPA, com os sinais de acordo com o esperado, sendo que IND e DIST apresentaram significância estatística a um nível de 1% e AVER a 10%. Os coeficientes das variáveis de controle que apresentaram significância estatística também tiveram sinais conforme o esperado.

Tabela 3 — Modelos para provisões ambientais e sistema cultural

Variáveis	Modelo 6		Modelo 7		Modelo 8	
	Coef.	p-valor	Coef.	p-valor	Coef.	p-valor
RENT	-0,1100	0,2757	-0,0700	0,4867	-0,0811	0,4201

MAT	0,6562***	0,0001	0,5127***	0,0001	0,5799***	0,0001
TAM	0,0096	0,4009	0,0436***	0,0001	0,0374***	0,0005
END	0,1192**	0,0496	0,1131**	0,0485	0,1230**	0,0329
RBAS	0,0396	0,6432	0,0486	0,5322	-0,0037	0,9608
QUIM	0,0856	0,3434	0,1251	0,1527	0,0457	0,5962
OLEO	0,1155	0,1952	0,1025	0,2285	0,0596	0,4675
UTIL	0,0020	0,9825	0,0339	0,6820	-0,0091	0,9128
AVER	0,1004*	0,0546	-	-	-	-
IND	-	-	0,0056***	0,0001	-	-
DIST	-	-	-	-	-0,0067***	0,0001
Observações	614		614		614	
R ²	0,1706		0,2924		0,2613	
Qui-quadrado	38,7807		60,94		52,9277	
P-valor (qui-quadrado)	0,0001		0,0001		0,0001	

Obs: */**/** denotam significância bicaudal nos níveis 10%, 5% e 1%, respectivamente. A variável dependente é DISCPA.
Fonte: Dados da pesquisa

Considerando estes resultados, é possível inferir que o *disclosure* de provisões ambientais está positivamente relacionado com a aversão à incerteza e o individualismo dos países de origem das empresas e negativamente relacionado à distância do poder. Desse modo, ao nível de significância de 10% não se rejeita as hipóteses H6a, H7a e H8a e a um nível de significância de 1% não se rejeita H7a e H8a.

Esses resultados apresentam evidências de que as pressões institucionais “programadas” na mente de gestores e contadores por conformidade a regras, bem como a tendência a cuidar de seus familiares imediatos e a aceitação de atitudes de superiores hierárquicos, independentemente de problemas éticos, influenciam nas práticas de reporte relativas a passivos ambientais.

Destaca-se que nenhuma das variáveis de controle setoriais, de nenhum modelo do sistema cultural e dos demais sistemas analisados apresentou significância estatística para explicar a heterogeneidade da variável DISCPA.

Uma possível explicação para isso é o fato de que, conforme já demonstrado nos resultados, há múltiplas pressões institucionais que apresentaram significância estatística e, assim, moldam as práticas de evidenciação das provisões ambientais, tanto relacionadas à situação em que as empresas se encontram (tamanho, endividamento e materialidade das provisões), quanto relacionadas ao ambiente institucional em que elas estão (sistemas político, financeiro e cultural).

Consequentemente, as empresas tendem a agir de maneira estratégica para responderem às diferentes pressões institucionais, na busca por legitimidade (SCOTT, 2005), podendo-se sobrepor às pressões dos setores econômicos, minimizando sua influência. Isso acarreta em evidenciação heterogênea entre empresas do mesmo setor, sujeitas aos mesmos eventos econômicos e vai de encontro ao objetivo de comparabilidade em nível global.

4.2 Modelos para passivos contingentes ambientais

Na Tabela 4, apresentam-se os *outputs* dos Modelos 9 a 12, que mostram as relações entre a variável dependente DISCPA, as variáveis controle e as variáveis de interesse relativas ao sistema político.

Tabela 4 — Modelos para passivos contingentes ambientais e sistema político

Variáveis	Modelo 9	Modelo 10	Modelo 11	Modelo 12
-----------	----------	-----------	-----------	-----------

	Coef.	p-valor	Coef.	p-valor	Coef.	p-valor	Coef.	p-valor
RENT	-0,1302	0,5309	-0,1488	0,4649	-0,1340	0,5159	-0,1253	0,5384
TAM	0,0761***	0,0049	0,0785***	0,0033	0,0749**	0,0142	0,0797** *	0,0055
END	-0,0138	0,8931	-0,0157	0,8770	-0,0130	0,8981	-0,0079	0,9398
RBAS	0,0112	0,9519	0,0298	0,8613	0,0422	0,8042	0,0505	0,7687
QUIM	0,0772	0,6690	0,0804	0,6307	0,0775	0,6441	0,0815	0,6274
OLEO	-0,0871	0,6518	-0,0717	0,6862	-0,0623	0,7252	-0,0532	0,7651
UTIL	0,0199	0,9131	0,0401	0,8136	0,0422	0,8047	0,0624	0,7234
PROT	0,0263	0,4108	-	-	-	-	-	-
ENRC	-	-	0,0469	0,4307	-	-	-	-
ENRA	-	-	-	-	0,0309	0,5799	-	-
CONT	-	-	-	-	-	-	0,0412	0,2774
Observações	235		235		235		235	
R ²	0,1764		0,1989		0,1605		0,1912	
Qui-quadrado	14,6502		16,7935		15,6493		15,634	
P-valor (qui-quadrado)	0,0663		0,0323		0,0476		0,0479	

Obs: */**/** denotam significância bicaudal nos níveis 10%, 5% e 1%, respectivamente. A variável dependente é DISCPA.

Fonte: Dados da pesquisa

Conforme exposto na referida tabela, os coeficientes de nenhuma das variáveis de interesse apresentaram relação estatisticamente significativa com a variável DISCPA. Os coeficientes da variável TAM foram os únicos, dentre as variáveis de controle, que apresentaram significância estatística a um nível de pelo menos 5%.

Portanto, pode-se inferir que a evidenciação dos passivos contingentes ambientais não está relacionada com o nível de proteção a investidores, *enforcement* da regulação contábil, *enforcement* da regulação ambiental e controle de corrupção. Assim, rejeita-se as hipóteses H1b, H2b, H3b e H4b.

Estes resultados mostram que apesar das características do sistema político dos países estarem relacionadas às práticas de evidenciação de provisões ambientais, esta relação não existe no tocante a passivos contingentes ambientais.

Os *outputs* dos Modelos 13 a 16, que mostram as relações entre a variável dependente DISCPA, as variáveis controle e as variáveis de interesse relativas aos sistemas financeiro e cultural seguem na Tabela 5. Os coeficientes da variável TAM foram os únicos, dentre as variáveis de controle, que apresentaram significância estatística a um nível de 1%.

Tabela 5 — Modelos para passivos contingentes ambientais e sistemas financeiro e cultural

Variáveis	Modelo 13		Modelo 14		Modelo 15		Modelo 16	
	Coef.	p-valor	Coef.	p-valor	Coef.	p-valor	Coef.	p-valor
RENT	-0,1112	0,5933	-0,1390	0,4968	-0,1227	0,5556	-0,1296	0,5305
TAM	0,0849***	0,0010	0,0703** *	0,0046	0,0804** *	0,0062	0,0765** *	0,0100
END	0,0015	0,9878	-0,0112	0,9122	-0,0094	0,9276	-0,0114	0,9115
RBAS	0,0045	0,9731	0,0351	0,8407	0,0528	0,7564	0,0269	0,8674
QUIM	0,0795	0,5243	0,0887	0,6107	0,0918	0,5791	0,0699	0,6585
OLEO	-0,0921	0,5305	-0,0665	0,7176	-0,0546	0,7569	-0,0743	0,6652
UTIL	0,0385	0,7760	0,0351	0,8417	0,0621	0,7170	0,0328	0,8379

FIN	0,1431**	0,0300	-	-	-	-	-	-
AVER	-	-	-0,0075	0,9204	-	-	-	-
IND	-	-	-	-	0,0016	0,2838	-	-
DIST	-	-	-	-	-	-	-0,0015	0,4988
Observações	235	235	235	235	235	235	235	235
R ²	0,2325	0,1641	0,1873	0,1748	0,1748	0,1748	0,1748	0,1748
Qui-quadrado	18,8529	15,1938	15,2440	15,2440	15,2440	15,2440	15,2440	15,2440
P-valor (qui-quadrado)	0,0156	0,0554	0,0545	0,0545	0,0545	0,0545	0,0536	0,0536

Obs: */**/** denotam significância bicaudal nos níveis 10%, 5% e 1%, respectivamente. A variável dependente é DISCPCA.

Fonte: Dados da pesquisa

Assim como encontrado no sistema político, no sistema cultural, representado por AVER, IND e DIST, nenhuma das variáveis de interesse apresentou relação estatisticamente significativa com DISCPCA. A variável de interesse representativa do sistema financeiro (FIN) apresentou relação estatisticamente significativa em um nível de 5%, com o sinal positivo, de acordo com o esperado.

Infere-se que o *disclosure* de passivos contingentes ambientais está associado positivamente a empresas de países de sistema financeiro *market-based*. Assim, a este nível de significância não se rejeita a hipótese de pesquisa H5b.

Pode-se inferir também que a evidenciação dos passivos contingentes ambientais não está relacionada com a aversão à incerteza, individualismo e distância do poder dos países de origem das empresas. Dessa maneira, rejeitam-se as hipóteses H6b, H7b e H8b.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do presente trabalho foi investigar a relação entre as características institucionais dos países de origem das empresas, que adotam IFRS, e a evidenciação das provisões e dos passivos contingentes ambientais.

Como metodologia, utilizaram-se as variáveis DISCPA e DISCPCA como variáveis dependentes e como variáveis independentes as características das empresas, apontadas em outros estudos sobre determinantes do *disclosure* de provisões e passivos contingentes e as características institucionais dos países de origem das empresas, apontadas em estudos sobre determinantes *cross-country* de *disclosure* em modelos de regressão com dados em painel.

Os resultados dos modelos de dados em painel apontaram que, a variável dependente DISCPA apresentou relação estatisticamente significativa, ao nível de pelo menos 10%, com os sinais esperados, com todas as variáveis de interesse do sistema político, financeiro e cultural. Isso caracteriza a existência de isomorfismo coercitivo e mimético (Dimaggio & Powell, 1983).

Estes resultados corroboram com os encontrados em estudos que analisaram a relação das características institucionais dos países e práticas de *disclosure* voluntário (Jorgensen & Soderstrom, 2007; Marino et al., 2016; Alrazi et al., 2016) e demonstram que características institucionais também influenciam em práticas de reporte exigidas por normas IFRS, prejudicando o objetivo do IASB de comparabilidade em nível global.

Já a variável dependente DISCPCA apresentou relação estatisticamente significativa apenas com a variável representativa do sistema financeiro. A heterogeneidade do resultado, em relação ao encontrado para a variável DISCPA, pode ser explicada pelo fato destes passivos contingentes terem, em comparação com as provisões, menor possibilidade de afetarem os fluxos de caixa futuros e estarem sujeitos a maiores incertezas que afetam suas

estimativas, não sendo reconhecidas nas Demonstrações Financeiras. Assim, não afetam o resultado, nem a estrutura patrimonial das empresas, tendo menor relevância para os usuários (Barth & McNichols, 1994), em comparação com as informações sobre provisões ambientais.

Assim como encontrado no estudo de Alrazi et al. (2016), em relação à evidenciação ambiental voluntária, os achados neste estudo fornecem evidências de que a evidenciação obrigatória de itens ambientais depende das características institucionais dos países de origem das empresas, refutando os argumentos dos defensores de regulamentação da evidenciação ambiental para o alcance da comparabilidade.

Como consequência dos resultados da pesquisa, é possível inferir que apenas regulamentar não é suficiente para harmonizar o reporte, é necessário que o ambiente institucional em que a companhia se insere incentive a evidenciação, evitando a retenção de informações relevantes pela gestão da empresa.

Como principais contribuições, a pesquisa identificou que apesar de existirem pressões normativas do IASB para a existência da comparabilidade, há outras pressões institucionais de caráter regulativo e cultural-cognitivo, as quais são múltiplas e conflitantes e estão relacionadas com as características das empresas e de seus países de origem, e fazem com que as empresas, em busca de legitimidade, conduzam suas práticas de reporte de maneira estratégica para responderem às diferentes pressões institucionais. Isso prejudica a qualidade das informações evidenciadas sobre passivos ambientais e vai de encontro ao objetivo do IASB, de comparabilidade em nível global.

Os resultados deste estudo são relevantes para reguladores, investidores e credores, pois constatou-se a heterogeneidade nas informações divulgadas, influenciada por pressões institucionais, o que além de impactar na comparabilidade, também compromete a confiabilidade das informações, pelo fato do que é divulgado depender do contexto em que a companhia se insere.

Como toda pesquisa científica, esta apresenta limitações. As limitações presentes neste trabalho são as seguintes: a) a amostra do estudo é não-probabilística. Esse fato impede a generalização de resultados a outras empresas, países e setores econômicos; b) é possível que algumas companhias tenham sido penalizadas em seus índices de *disclosure* por não divulgar itens que na verdade não são aplicáveis a elas, por suas particularidades e; c) existe o viés intrínseco ao processo de coleta de dados nas notas explicativas, por meio da técnica de análise de conteúdo, haja vista que ela depende do conhecimento do pesquisador sobre o assunto.

Por fim, o pesquisador assevera que, assim como se identificaram neste estudo evidências de pressões culturais, decorrentes das características institucionais dos países, influenciando em práticas de evidenciação de provisões e passivos contingentes ambientais, é possível que estas pressões também influenciem nas práticas de reporte de outras informações contábeis exigidas e isso deve ser pesquisado em estudos futuros.

Ademais, a pesquisa investigou apenas práticas de evidenciação, mas é possível, pelos pressupostos da Teoria Institucional, que as características institucionais pesquisadas também influenciem nas práticas de reconhecimento e mensuração e isso também deve ser investigado em estudos futuros.

REFERÊNCIAS

Alrazi, B., De Villiers, C., & Van Staden, C. J. (2016). The environmental disclosures of the electricity generation industry: a global perspective. *Accounting and Business Research*, 46(6), 665-701.

Bae, B., & Sami, H. (2005). The effect of potential environmental liabilities on earnings response coefficients. *Journal of Accounting, Auditing & Finance*, 20(1), p.43-70.

Baldoíno, E., & Borba, J. A. (2015) Passivos Contingentes na Bolsa de Valores de Nova York: uma análise comparativa entre as empresas estrangeiras. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 9(23), p. 58-81.

Ball, R., Kothari, S. P., & Robin, A. (2000). The effect of international institutional factors on properties of accounting earnings. *Journal of accounting and economics*, 29(1), 1-51.

Barth, M.E., & McNichols, M.F. (1994). Estimation and market valuation of environmental liabilities relating to superfund sites. *Journal of Accounting Research*, 32, p. 177-209.

Barth, M. E., McNichols, M. F.; & Wilson, G. P. (1997). Factors influencing firms' disclosures environmental liabilities. *Review of Accounting Studies*, 2, p. 35-64.

Blacconiere, W. G., & Patten, D. M. (1994). Environmental disclosures, regulatory costs, and changes in firm value. *Journal of accounting and economics*, 18(3), 357-377.

Blacconiere, W. G., & Northcut, W. D. (1997). Environmental information and market reactions to environmental legislation. *Journal of Accounting, Auditing & Finance*, 12(2), 149-178.

Campbell, K.; Sefcik, S. E., & Soderstrom, N. S. (1998). Site uncertainty, allocation uncertainty, and superfund liability valuation. *Journal of Accounting and Public Policy*, 17(4), 331-367.

Chen, J., Cho, C.; & Patten, D. (2014). Initiating Disclosure of Environmental Liability Information: An Empirical Analysis of Firm Choice. *Journal of Business Ethics*, 125, p. 681-692.

Cieslewicz, J. K. (2014). Relationships between national economic culture, institutions, and accounting: Implications for IFRS. *Critical perspectives on accounting*, 25(6), 511-528.

Cormier, D., & Magnan, M. (1997). Investors' assessment of implicit environmental liabilities: an empirical investigation. *Journal of Accounting and Public Policy*. 16, p. 215-241.

Cox, C. A., E. B. Douthett Junior. (2009). Further evidence on the factors and valuation associated with the level of environmental liability disclosures. *Academy of Accounting and Financial Studies Journal*, 13(3), p. 1-26.

Dias Filho, J. M., & Machado, L. H. B. (2004). Abordagens da pesquisa em contabilidade. *Teoria avançada da contabilidade. São Paulo: Atlas*, 15-69.

DiMaggio, P., & Powell, W. W. (1983). The iron cage revisited: Collective rationality and institutional isomorphism in organizational fields. *American sociological review*, 48(2), 147-160.

Garber, S., & Hammitt, J. K. (1998) Risk premiums for environmental liability: Does Superfund increase the cost of capital?. *Journal of Environmental Economics and Management*, 36(3), 267-294.

Hofstede, G. (2011). Dimensionalizing cultures: The Hofstede model in context. *Online readings in psychology and culture*, 2(1), 8.

Holthausen, R. W. (1994). Discussion of estimation and market valuation of environmental liabilities relating to superfund sites. *Journal of Accounting Research*, 211-219.

Ioannou, I., & Serafeim, G. (2012). What drives corporate social performance? The role of nation-level institutions. *Journal of International Business Studies*, 43(9), 834-864.

Jorgensen, B. N., & Soderstrom, N. S. (2007). Environmental disclosures within legal and accounting contexts an international perspective. Columbia business school. *Chazen Web Journal*, 15.

Kvaal, E., & Nobes, C. (2010). International differences in IFRS policy choice: a research note.

Leal, P. H., Costa, B. M., Oliveira, M. C., & Rebouças, S. M. D. P. (2015). Divulgação de Provisões e Passivos Contingentes Ambientais sob a Ótica da Teoria Institucional. In: *IX Congresso Anpcont*. Curitiba: PR.

Marino, P. B. L. P. M., Soares, R. A.; Abreu, M. C.; Rebouças, S. M. D. P. (2016). Efeito do ambiente institucional do Brasil e Canadá na evidenciação da responsabilidade social corporativa. In: *XIX Semead*. São Paulo.

Moll, J., Burns, J., & Major, M. (2006). Institutional theory. *Methodological issues in accounting research: Theories, methods and issues*, 183-205.

Scott, W. R. (1995). Introduction: institutional theory and organizations. *The institutional construction of organizations*, 11-23.

Silva, D. M., Martins, V. A., & Lemes, S. (2016). Escolhas Contábeis: reflexões para a pesquisa. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 13(29).

Souza, F.E.A., & Lemes, S. (2016). A comparabilidade das escolhas contábeis na mensuração subsequente de ativos imobilizados, de ativos intangíveis e de propriedades para investimento em empresas da América do Sul. *Revista Contabilidade & Finanças-USP*, 27(71).

Whitley, R. (1999). *Divergent capitalisms: The social structuring and change of business systems*. OUP Oxford.

Wooldridge, J. M. (2010). *Econometric analysis of cross section and panel data*. MIT press.

Zeff, S. A. (2007). Some obstacles to global financial reporting comparability and convergence at a high level of quality. *The British Accounting Review*, 39(4), 290-302.